



A DENDEICULTURA NA AMAZÔNIA: ADOÇÃO DO PROJETO DENDÊ FAMILIAR EM UMA COMUNIDADE RURAL NO ESTADO DO PARÁ

Amanda Madalena da Silva Gemaque¹
Hélio Raymundo Ferreira Filho²
Norma Ely Santos Beltrão³

Resumo

Um modelo apropriado de desenvolvimento para região Amazônica tem sido discutido na adoção de políticas públicas que considerem as especificidades regionais. Nesse sentido, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) foi estabelecido com objetivo de implementar um programa sustentável, promovendo inclusão social dos agricultores participantes. Nesse contexto, esta pesquisa objetivou aprofundar estudos relativos à inserção da cultura do dendê como política de Estado na Amazônia, apresentando os resultados obtidos na comunidade rural Calmaria II, Moju, Pará. Sua metodologia consistiu primeiramente na construção do referencial teórico e na obtenção de dados primários com a aplicação de formulários de entrevistas na comunidade (n=33). Em seguida, foi realizada a análise dos dados socioeconômicos por meio de estatística descritiva, sob as abordagens quantitativa e qualitativa. Os resultados apontaram que a

Recebimento: 25/1/2015 • Aceite: 31/3/2015

¹ Mestre em Ciências Ambientais - Universidade Estadual do Pará – UEPA. Professora no ensino superior no Plano Nacional de Formação de Professores - PARFOR – UFPA, PA, Brasil. E-mail: amanda.gemaque@yahoo.com.br

² Doutor em Ciências de Gestão pelo Université Pierre-Mendès-France - Grenoble II, França(2004). Professor Adjunto II da Universidade do Estado do Pará, Brasil. E-mail: hlio.ferreira@gmail.com

³ Doutora em Economia Agrícola. Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais - Universidade do Estado do Pará, Brasil. E-mail: normaelybeltrao@gmail.com

ideia de inclusão social na comunidade é limitada ao aumento da renda dos agricultores, fato que está em desacordo com os objetivos do PNPB, além da atividade ter provocado alterações no seu modo de vida, chegando a impactar na economia local. Como conclusão, observou-se a dependência dos agricultores quanto à existência do projeto para viabilizar sua participação da cadeia do biodiesel, e também a ausência de acompanhamento e fiscalização quanto ao atendimento dos critérios para considerar o PNPB uma política pública voltada para a inclusão social e desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Dendê; Agricultura familiar; Inclusão social; Amazônia; Desenvolvimento regional

OIL PALM CULTIVATION IN AMAZON: ADOPTION OF THE OIL PALM FAMILY PROJECT IN A RURAL COMMUNITY IN THE STATE OF PARÁ

Abstract

An appropriate development model for the Amazon region has been discussed in the adoption of public policies that consider regional specificities. In this sense, the National Program for Production and Use of Biodiesel (PNPB) was established with the objective of implementing a sustainable program and promoting social inclusion of the participating farmers. In this context, this study aimed to deepen studies on the insertion of the oil palm culture as a state policy in Amazonian state of Pará, presenting the results obtained from the experience of the rural community Calm II, Moju municipality. The methodology consisted primarily in the construction of theoretical framework through literature review and obtaining primary data by applying interviews forms in the community (n = 33). Then, it was carried out analysis of socioeconomic data through descriptive statistics, quantitative and qualitative approaches. The results showed that the idea of social inclusion in the community is limited to increasing the income of farmers, a fact that is at odds with the objectives of PNPB, but the activity have caused changes in their way

of life, reaching impact on the local economy . In conclusion, the dependence of farmers on the existence of the project to enable their participation biodiesel chain was observed, and also the absence of monitoring and oversight as to meeting the criteria to consider PNPB a public policy for social inclusion and local development.

Keywords: Oil Palm; Family farming; Social Inclusion; Amazon; regional development

Introdução

O desenvolvimento da região Amazônica está no cerne das discussões nas últimas décadas e, embora claramente demonstre avanços, permanece apresentando posição desfavorável em relação às demais regiões do país tanto no desenvolvimento econômico como no social, já que, em diferentes períodos, esteve pautado num modelo exógeno que priorizou a exploração dos seus recursos naturais sem preocupações com um retorno efetivo para região.

Silva e Sousa (2012) afirmam que a forte padronização das políticas públicas no Brasil não permitiu que as heterogeneidades sociais, culturais e econômicas estabelecidas no país fossem contempladas e reconhecidas. O Estado disponibilizou a todo território brasileiro a mesma política pública, desconsiderando as especificidades regionais. Costa (2000) ressalta que na Amazônia, as políticas executadas desde o período da ditadura foram formuladas com o viés estritamente econômico e estabelecidas a partir de critérios geopolíticos e militares.

A modernização do campo e a alteração da estrutura agrária, promovida pelo governo militar, representou a passagem do “tradicional complexo rural” para o “moderno complexo agroindustrial”, isto é, a entrada do capitalismo no campo (COSTA, 2000). A formação de uma nova fronteira agrícola amazônica mostrou a preferência por alguns atores em detrimento de outros.

Nesse sentido, essa forte padronização das políticas públicas executadas pelo Estado na Amazônia, desde o período da ditadura militar até o início da década de oitenta, deixou uma trajetória no campo rural brasileiro de forte passivo ambiental e de agravamento das desigualdades sociais, o que contribuiu significativamente para a rede densa de exclusão social observada no país atualmente (SILVA; SOUSA, 2012).

A partir dos estudos realizados pelo Institut de Recherches Pour Lés Huiles et Les Oleagineux – IRHO, em 1950, a Amazônia foi identificada como a área mais promissora para o desenvolvimento da cultura do dendê no Brasil, onde existiam excelentes condições edafoclimáticas, além de grande disponibilidade de terras aptas para o cultivo. Concomitantemente, havia ainda um mercado externo em ascensão, o que tornava a cultura do dendê um negócio promissor (CRUZ; ROCHA, 2006).

Nesse contexto, no estado do Pará ocorreram diversas tentativas de tornar o cultivo do dendê política de Estado, por meio de,

por exemplo, da Superintendência de valorização econômica da Amazônia-SPVEA (CRUZ; ROCHA, 2006), já que é considerado como uma palma capaz de promover o desenvolvimento sustentável, posto que tem o potencial de recuperar ambientalmente, economicamente e socialmente áreas degradadas pela pecuária (NAHUM; SANTOS, 2013).

Com o objetivo de diminuir as desigualdades tão latentes no meio rural brasileiro, um conjunto de ações governamentais foi colocado em prática para promover a dendeicultura como política de estado, tais como o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (2005) e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil (2010), que propõem saídas para crise da matriz energética alicerçada no combustível fóssil e igualmente respondem à histórica dívida social do estado para com o campesinato tradicional, visto que esse plano promoveria a inclusão social dos agricultores familiares por meio do programa dendê sustentável (NAHUM; BASTOS, 2014).

Para Abramoway e Magalhães (2007), a política de biodiesel tem o claro objetivo de promover a inclusão social da agricultura familiar. Essa é uma proposição necessária muito louvável e, especificamente no Brasil, um país que tem um dos piores índices de distribuição de terras no continente americano e as grandes disparidades entre a riqueza da agricultura de grande porte, em escala industrial, contra produtores de base familiar.

No Nordeste do Estado do Pará, mais especificamente no município de Moju, a produção integrada na dendeicultura regional é um fato novo, iniciado em 2002, a partir de parceria firmada entre o Governo do Estado do Pará, Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Moju, Prefeitura Municipal do Moju, Banco da Amazônia e um destacado grupo empresarial na produção de óleo de palma. Os projetos de dendê familiar, como ficaram conhecidos, representam, pois, um modelo de integração entre a empresa e comunidades rurais (BASA, 2012).

A cultura do dendê no município de Moju está em constante expansão após a integração entre grandes empresas financiadoras, poder público e comunidades que vivem da agricultura familiar, modificando a dinâmica da organização do espaço e alterando o modo de vida da população, o que torna relevante o estudo dos seus resultados (NAHUM; SANTOS, 2013).

Esta pesquisa parte da necessidade de se aprofundar o estudo a respeito da inserção da cultura do dendê como política de Estado na Amazônia paraense, apresentando os resultados obtidos a partir da

experiência da comunidade rural Calmaria II, localizada no município de Moju, no Estado do Pará.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo principal abordar como esse programa governamental vem se desenvolvendo, considerando o seu caráter de inclusão social do agricultor familiar, especialmente no projeto dendê familiar de uma empresa. Com isto, espera-se fornecer elementos para auxiliar o poder público na sua avaliação, bem como contribuir para a consolidação de uma nova alternativa de renda para a população rural brasileira.

Procedimentos metodológicos

Área de Estudo

A pesquisa foi realizada na comunidade rural Calmaria II, situada na microrregião de Tomé Açu, entre os municípios de Moju, Acará e Tailândia, sob influência da Rodovia PA-150, conforme figura 1.

A Comunidade estudada tem sua origem no projeto de assentamento oficialmente estabelecido pelo INCRA, por meio da portaria n. 211 de 13 de novembro de 1998, com área de 13.487 hectares. É formada por seis vilas: Água Preta – a qual concentra os 35 projetos voltados à produção do dendê; Monte Sinai, Vila Israel, Limoeiro, Vila Moraes e Novo Continente, as quais se dedicam a outras atividades produtivas (ANDRADE, 2010).

representativa, uma vez que é composta por 94% da população total pertencente ao projeto, ou seja, 33 agricultores. A abordagem quantitativa foi realizada por da análise da estatística descritiva dos dados obtidos, com auxílio do programa Microsoft Excel® - 2010, seguida de uma abordagem qualitativa que possibilitou uma visão holística das informações coletadas.

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e a Inclusão Social

Nass et al. (2007) relatam que o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) foi concebido com base em um cenário de altos preços do petróleo e uma crescente demanda por combustíveis de fontes renováveis. No momento do seu lançamento, em 2004, foi avaliado de forma bastante positiva devido à tentativa de incluir agricultores familiares em sua cadeia produtiva (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007).

Finco e Doppler (2010) destacaram em sua pesquisa os objetivos específicos do PNPB: implementar um programa sustentável, promovendo inclusão social; garantir preços competitivos, qualidade e suprimento e a produção de biodiesel a partir de óleo vegetal de diferentes espécies.

O programa estabeleceu a obrigatoriedade do uso de 2% de biodiesel misturado ao petrodiesel, a partir de 2008, e de 5%, a partir de 2013. Para favorecer o pequeno produtor, o programa definiu impostos diferenciados dependendo da origem da matéria-prima, sendo o maior desconto para a produzida por pequenos produtores no Norte-Nordeste. Para garantir os benefícios fiscais no preço de venda nos leilões, o produtor de biodiesel, precisa possuir o Selo Social, que assegura o atendimento dos requisitos impostos pela lei (LEITE; LEAL, 2007).

O Selo Combustível Social objetiva garantir a sustentabilidade social e ambiental da produção e o respeito às legislações vigentes (HOMMA; VIEIRA, 2012). De fato, reconhece-se que o cultivo do dendezeiro pode ser importante alternativa para o desenvolvimento regional, por seu papel potencial positivo na recuperação de áreas desmatadas, geração de renda e empregos, diversificação da produção, bem como para substituir a importação e produzir energia renovável (BECKER, 2010).

A formação do mercado de biodiesel, com a dimensão da responsabilidade social, é o resultado da união de interesses de três

atores: empresas e movimentos sociais, sob a coordenação do governo federal. Atores que antes se encontravam apenas em situações de conflito passaram a ser responsáveis conjuntamente pela formação de um arranjo produtivo (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007).

A necessidade das empresas de não ficarem dependentes de um só tipo de matéria prima e o menor custo de produção da agricultura familiar são os principais motivos que levam a tão forte adesão empresarial a um programa que tem um objetivo tanto econômico, como social (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007).

Portanto, na medida em que o Programa prevê o envolvimento de milhares de pequenos produtores, as indústrias são desobrigadas dos encargos trabalhistas, mas o barateamento dos custos com mão de obra não pode servir de privilégio para esse modelo de produção integrada (HOMMA; VIEIRA, 2012). A responsabilidade social é concebida no centro estratégico da gestão da empresa e busca ampliar a competitividade por meio de mudanças no contexto social para explorar novas oportunidades de negócios e aumentar a eficiência produtiva (PORTER; KRAMER, 2006).

Homma e Vieira (2012) ressaltam que o sucesso desse programa vai depender da relação estabelecida entre os produtores e industriais, da fiscalização e monitoramento da atividade, do apoio e forte aparato de pesquisa e de extensão rural, da transferência de tecnologias disponíveis dos maiores países produtores e da observação das normas ambientais e respeito aos pequenos produtores familiares envolvidos no programa.

A Entrada da dendeicultura na Amazônia Paraense

Além das condições edafoclimáticas, estudos desenvolvidos por instituições de pesquisa tais como a Embrapa, apontaram ser o Nordeste Paraense a mesorregião mais promissora para o incentivo e expansão da cultura do dendê. A justificativa é o fato de que essa mesorregião tem uma localização estratégica, apresentando, dentre outras coisas: moderna infraestrutura de transporte, energia, comunicação, acesso à mão de obra e proximidade aos mercados consumidores, principalmente o externo (CRUZ; ROCHA, 2006).

Segundo Homma e Vieira (2012), o Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil foi iniciado em 2010, durante a gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, no município paraense de Tomé-Açu. Com a previsão do plantio de 350.000 ha de

dendezeiros, surgiu a perspectiva de um novo ciclo econômico na Amazônia.

Com a implantação do PNPB, seria possível plantar na Amazônia esse número de dendezeiros ou até uma área equivalente a da Malásia, utilizando apenas as áreas desmatadas, sem prejudicar outras atividades, o que ficaria condicionado ao aumento de produtividade dos cultivos anuais, assim como pelo estabelecimento dos protocolos de produção sustentável e da obediência à legislação vigente (VIEIRA; BECKER, 2010).

O Selo Combustível Social e o Protocolo Socioambiental do Estado do Pará visam basicamente garantir a sustentabilidade social e ambiental da produção e o respeito às legislações vigentes. O estabelecimento de um Protocolo Socioambiental para a Produção de Óleo de Palma no Estado do Pará foi feito como um instrumento oficial e de adesão voluntária (HOMMA; VIEIRA, 2012).

As principais diretrizes do Protocolo são o não estabelecimento de novos empreendimentos produtivos em áreas cujo desmatamento tenha sido realizado, após o ano de 2006; a implantação das áreas produtivas de forma a evitar a ocorrência de monoculturas e a uniformização da paisagem; a integração de agricultores familiares e produtores; o não estabelecimento de plantios em áreas de populações tradicionais sem o seu consentimento; a adoção de relações de trabalho pautadas pela confiança, comprometimento e respeito às normas da legislação trabalhista (REPÓRTER BRASIL, 2013).

O sucesso da parceria entre agricultores familiares e grandes empresas na produção da cultura do dendê na região seria a resposta para solucionar um problema global, ocupando áreas degradadas e restaurando o passivo ambiental. O que segundo Homma e Vieira (2012) resolveria um dos problemas da política ambiental brasileira, que decorre da inexistência de uma política de estímulo do uso das áreas degradadas para a produção sustentável.

O projeto dendê familiar na comunidade rural Calmaria II, Moju, no Estado do Pará

Os membros da comunidade que participam diretamente do projeto contam com uma associação legalmente constituída, a Associação de Moradores e Pequenos Agricultores Rurais do Assentamento Calmaria II - Comunidade Água Preta, Moju, PA (AMOPARACAP), fundada em 07 de julho de 2003, contando com 35

associados, que correspondem aos assentados envolvidos no PNPB, atualmente sob a presidência do Sr. Felisberto José de Souza.

O projeto dendê familiar foi iniciado em 2006 nessa comunidade em parceria com uma empresa, contando com a participação de 35 famílias. Cada família possui seis hectares de acordo com o programa, perfazendo um total de 210 hectares de plantio de dendê.

Segundo Tavares (2009), o recurso foi liberado por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - FNO/PRONAF A. As 35 famílias receberam recursos da ordem de R\$ 16.255,75, totalizando R\$ 567.901,25. O prazo total foi de 10 anos, com cinco anos de carência, juros de 1,15% a.a. e bônus de 40% na parcela da dívida. A amortização da dívida das famílias com a empresa seria a partir do quarto ano de implantação da cultura, quando o dendezeiro entra em produção.

Os agricultores participantes do projeto, em sua maioria, estão na faixa etária acima dos quarenta anos. Somente 30% são naturais do Pará. Os outros 70% estão divididos em: 36% são maranhenses, 18% cearenses, 6% baianos, 3% piauienses, 3% goianos e 3% catarinenses. Este fato demonstra o elevado fluxo migratório que ocorre nessa região, predominantemente de nordestinos.

Um fator de atração populacional foi a quantidade de terras cultiváveis que estiveram disponíveis no território amazônico, e também o histórico de implantação de grandes empreendimentos instalados na região, trazendo perspectiva de melhoria de vida para essa população. As estratégias de controle do território e os modelos de ocupação foram fatores que moldaram a formação territorial da Amazônia até os dias de hoje (BECKER, 2010).

A comunidade objeto desta pesquisa fica distante cerca de 70 km da cidade de Tailândia, onde majoritariamente buscam por atendimento de saúde pela rede pública. Os serviços básicos são oferecidos de forma precária na comunidade. Não possuem postos de saúde, são carentes de infraestrutura de vias de acesso, de transporte, de energia elétrica, bem como também de estrutura básica para a educação.

Entre os entrevistados, 51% não são alfabetizados, mas 62,5% desses não acreditam que tenham problemas de acesso à Educação. No período da realização das entrevistas, alguns pontos da estrada estavam intrafegáveis e o transporte escolar não estava ocorrendo para as escolas de ensino fundamental pertencentes aos municípios de Moju e Tailândia, presentes nas comunidades vizinhas.

Mesmo que oficialmente o assentamento venha a ter como demanda a distribuição de energia elétrica do Programa “Luz para Todos”, possui apenas 40% de distribuição que atende parcialmente a Comunidade Água Preta e na totalidade a Comunidade de Vila Israel (ANDRADE, 2010).

A maioria dos agricultores relata que a infraestrutura presente na empresa (Ambulatório, escola, área de lazer) não está acessível à comunidade, já que eles não possuem vínculo empregatício com a empresa e são tratados como fornecedores do processo produtivo do dendê.

Constatou-se o aumento da renda dos agricultores a partir do início do projeto. A aquisição de bens como motos, televisões, geladeiras com a receita do dendê é bem comum entre os agricultores. Porém, a infraestrutura básica, prometida pelos atores públicos e privados no início do projeto, não sofreu alterações.

Berthaud et al. (2000), durante importante estudo realizado pela Embrapa, informaram que as colheitas do dendê ocorrem a partir do terceiro ano de plantio e os tratamentos culturais na fase inicial são intensivos como, por exemplo, o coroamento, que consiste em eliminar as plantas que circundam a palma, evitando a competição direta com a vegetação; o rebaixo da cobertura viva é feito sempre que preciso e com objetivo de permitir fácil acesso a qualquer planta; a adubação, as doses e formas de adubação variam segundo as condições particulares de cada região e o controle sanitário, relacionados as prevenções e os combates das pragas e outras doenças que acometem o dendezeiro.

Os cuidados com a cultura exigem dedicação exclusiva do agricultor com o dendezal. Na contabilidade gerencial das empresas, para ser lucrativo, o empreendimento deve manter o patamar de um trabalhador a cada 10 hectares. Isso torna o trabalho na dendeicultura profundamente exaustivo, pois desde a aquisição e transporte das mudas, preparo de área, plantio, tratamentos culturais, colheita, transporte até a agroindústria e processamento, há uma grande demanda de esforço físico (NAHUM; SANTOS, 2013).

Logo, após esses três primeiros anos de trabalho intenso, já que precisam fazer a adubação e coroamento (aplicação de herbicidas ao redor da palmeira) e o período de carência, onde os ganhos são irrisórios, é possível estimar um valor médio para a renda mensal dos agricultores com o projeto.

Ao utilizar como exemplo um agricultor padrão, que segundo o balanço do ano de 2013 da empresa, que colheu em média 11 toneladas/mês, sendo pago R\$260,73 por tonelada, teve uma renda

bruta de R\$ 2.951,00. Dessa receita, 25% são descontados para cobrir gastos com insumos (financiados pela empresa) e 25% são descontados por conta do financiamento bancário, valores estabelecidos no contrato (Tabela 1).

Tabela 1: Rendimento de um agricultor padrão em 2013

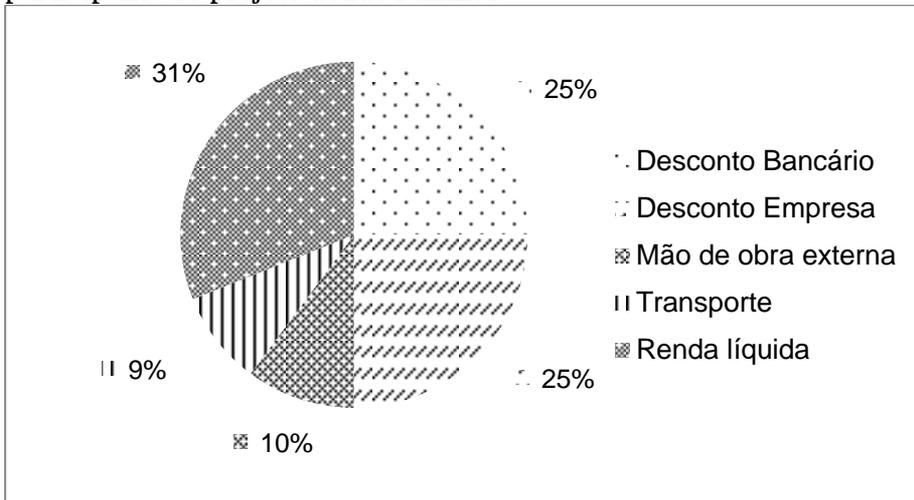
AGRICULTOR PADRÃO – 2013 (R\$260,73/tonelada)

	Rendimentos	Despesas	
Renda bruta	R\$ 2.951,00	11 toneladas/ mês	
Empresa		R\$ 737,75	25% Insumos
BASA		R\$ 737,75	25% Financiamento
Mão de obra externa (dois trabalhadores)		R\$300,00	R\$30,00/diária –5 diárias
Transporte		R\$258,50	R\$ 23,50 / tonelada
Total	R\$ 2.951,00	R\$2034,00	
Renda líquida			R\$ 917,00

Fonte: Elaborado a partir do contrato do projeto dendê familiar e formulários de entrevistas.

Portanto, restariam R\$ 1.475,50. Desses, segundo informações do agricultor, R\$ 300,00 seriam pagos para dois trabalhadores contratados para o auxílio na colheita (R\$30,00 a diária, totalizando cinco diárias) e R\$258,50 para o pagamento do transporte dos cachos de dendê até a empresa (R\$ 23,50 por tonelada). Restou para o agricultor R\$ 917,00, ou seja, apenas 31% da renda bruta – Conforme figura 2.

Figura 2: Porcentagem de rendimento mensal de um agricultor participante do projeto dendê familiar



Fonte: Elaborado a partir do contrato do projeto dendê familiar e formulários de entrevistas.

Mesmo com tudo isso, a principal fonte de renda citada pelos entrevistados é o projeto dendê familiar. Além do projeto em parceria com a empresa, 63% dos agricultores entrevistados informaram que realizam o comércio do excedente de produção, cuja renda é inferior ao valor que se obtinha antes de entrar no projeto, e é basicamente voltado para a subsistência. Outras fontes complementam o rendimento mensal: aposentadoria (21%), bolsa família (27,2%), trabalho assalariado em outras empresas (12,1%) e trabalho assalariado na empresa com apenas (6%).

Becker (2010) afirma que apesar de constituir uma renda para os pequenos produtores que tem dificuldade para atuar isoladamente frente ao custo de implantação, os contratos criam um processo de dependência em relação às empresas, que impõem seus pacotes tecnológicos e demais regras de produção, já que gradativamente deixam suas atividades de origem, como a agricultura, para se dedicarem à cultura do dendê.

Nahum e Bastos (2014) ressaltam que de fato não é o modelo de produção do dendê que atrai os agricultores, mas a ausência de política de estado para o campo, sobretudo para as comunidades rurais camponesas, redirecionando o camponês para reprodução de um modo de vida que não é o seu. Assim, o campesinato tradicional não dispõe

de alternativa produtiva com o mesmo suporte institucional capaz de se configurar como alternativa ao dendê.

Para Finco e Doppler (2010), além da produção e uso de biodiesel no país, o PNPB se concentra principalmente na inclusão social e também leva em conta os aspectos ambientais da produção de biodiesel. Devido à importância da meta de inclusão social, o governo federal estabeleceu uma gama de diferentes instrumentos destinados a cumprir essa meta, como isenções fiscais, subsídios financeiros e linhas de crédito específicas para empresas de biodiesel. O quadro 1 apresenta os subsídios.

Quadro 1: Subsídios Criados pelo Governo Federal e Instituições Financeiras à Produção do Biodiesel

Selo Combustível Social	Conjunto de medidas específicas visando estimular a inclusão social na fase agrícola da cadeia de produção do biodiesel. Criação por meio da instrução Normativa N°.01, de 05 de julho de 2005.
Seguro da Agricultura Familiar (SEAF)	Foi criado em 2004 e cobre 100% do financiamento acessado no PRONAF e até 65% da renda estimada da família produtora, no caso de quebra de safra, em decorrência de fenômenos naturais.
Programa Apoio Financeiro a Investimentos em Biodiesel - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	Prevê financiamento de até 90% dos itens passíveis de apoio para projetos com o Selo Combustível Social e de até 80% para os demais projetos. Prioridades de atuação: reduzir a exclusão social e as desigualdades regionais; etc.
Programa BB Biodiesel (Banco do Brasil)	Feita por meio da disponibilidade de linhas de financiamento de custeio, investimento e comercialização, colaborando para a expansão do processamento de biodiesel no país. • Na produção agrícola, com linhas de crédito para financiamento ao produtor rural familiar e empresarial; • Na industrialização: BNDES Biodiesel, PRONAF Agroindústria, Prodecoop, Crédito Agroindustrial (aquisição de matéria-prima), além das linhas disponíveis para o setor Industrial;
Programa de Financiamento do Programa Biodiesel (Banco do Nordeste)	O Banco do Nordeste visa à inserção da região de forma competitiva no Programa Biodiesel, por meio da implementação de uma estrutura organizada de produção. É restrito somente aos projetos de cultivo de mamona que utilizam sementes certificadas.

Fonte: Elaborado a partir de (BRASIL, 2006).

Os arranjos estimulados pelo PNPB oferecem condições para a formação de novos padrões de inclusão social de agricultores de baixa renda, mas dependem, de um lado, da adoção de modelos estratégicos de responsabilidade social por parte das empresas, e de outro, da participação dos movimentos sociais nos projetos. As empresas devem se comprometer a apoiar a organização dos agricultores em associações e cooperativas, e não se limitar a contratar individualmente os produtores dentro uma relação de simples fornecedores (DROUVOT; DROUVOT, 2013).

O projeto de produção de dendê em parceria com o agricultor familiar deve obedecer às regras do PNPB. Esse programa do governo brasileiro, possui metas, como a implementação da produção e uso do biodiesel, mantendo o foco na inclusão social e desenvolvimento regional. Além disso, o PNPB tem vários objetivos específicos, sendo o primeiro deles: implementar um programa sustentável, promovendo inclusão social (FINCO; DOPPLER, 2010).

Com relação à manutenção de suas atividades tradicionais, o cultivo da mandioca foi citada por 87,8% dos agricultores entrevistados como principal produto cultivado, mesmo que em menores quantidades. Isso pode ser justificado pelo fato da comunidade pertencer ao município de Moju, que está situado na microrregião que foi considerada, no ano de 2005, como a maior produtora de mandioca do Estado do Pará, totalizando dois mil hectares, correspondente a 0,6 % da área cultivada no Estado e uma produção de mais de 52 mil toneladas de raiz (IBGE, 2013).

Em contrapartida, a cultura foi citada por aproximadamente 60% dos entrevistados como a cultura com maior queda na produção nos últimos dez anos. Explicada pelo fato do plantio de dendê no período da safra demandar bastante tempo e mão de obra.

Segundo Robert et al. (2012), a importância da mandioca vai além dos aspectos relacionados à segurança alimentar, estando estreitamente ligada às práticas culturais de diversos grupos sociais amazônicos, incluindo desde os habitantes mais antigos, os indígenas. Fraser (2010) destaca que essa importância atinge grupos de ocupação mais recente, como seringueiros, caboclos, agricultores e colonos de assentamentos rurais.

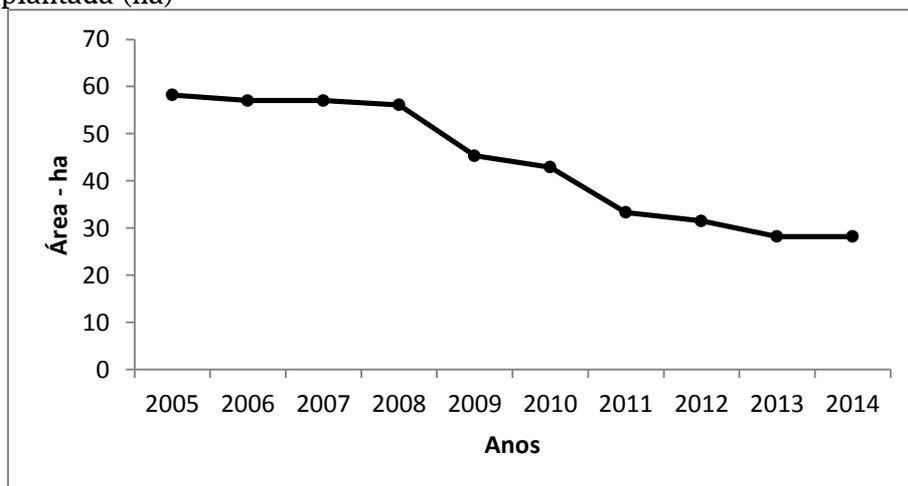
Essas comunidades historicamente tinham seu modo de vida associado à cultura da lavoura branca, da mandioca e, por conseguinte, grande produtora de farinha de mesa. Atualmente as comunidades camponesas do entorno dos empreendimentos de dendê têm sua

população jovem e adulta progressivamente associada aos projetos de dendê (NAHUM; SANTOS; 2013).

Segundo relato dos agricultores entrevistados, a empresa sugere que não sejam plantadas outras culturas para que não comprometam suas atividades relacionadas ao cultivo do dendê. A área plantada de mandioca diminuiu 51,5% desde que os agricultores entraram no projeto, conforme figura 3. Dados relativos à área plantada de mandioca pelos agricultores, apontam uma área de 58,2 ha em 2005, comparados com apenas 28,2 ha plantados em 2014.

Segundo Homma e Vieira (2012), considerando a área máxima e mínima colhida no estado do Pará, durante o período 2005/2011, verificou-se uma redução de 10% da área colhida de mandioca, estimada em 30 mil ha. Segundo relatório apresentado pelo Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da Ong Repórter Brasil, baseada em depoimentos colhidos no campo em cinco anos nos municípios de Abaetetuba, Acará, Concórdia do Pará, Moju, Tomé Açu e Tailândia, os produtores que optaram pelo dendê em parceria com as empresas têm abandonado os plantios e as roças de cultivos alimentares. (REPÓRTER BRASIL, 2013).

Figura 3: Cultivo de mandioca entre 2005 e 2014 - Total de área plantada (ha)



Fonte: Elaborado a partir dos formulários de entrevistas.

Ainda de acordo com o relatório apresentado por Repórter Brasil (2013), a alta de preços de itens básicos dos alimentos, tanto na

região nordeste quanto na capital paraense, Belém, tem sido relacionado a esses fenômenos. Levantamentos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos no Pará (Dieese/PA), indicam que o principal responsável pela alta de 12% da cesta básica no Estado, entre janeiro e dezembro de 2012 (quase duas vezes a inflação do ano calculada pelo IBGE), foi a farinha de mandioca, que sofreu um aumento de 90% neste período.

O mesmo fenômeno se repetiu nos primeiros meses de 2013. Segundo o Dieese, “março de 2013 foi o 11º mês consecutivo de alta no preço da farinha de mandioca consumida pelos paraenses. Os preços por quilo da farinha de mandioca praticados hoje na Grande Belém são os maiores já verificados pelo Dieese/PA, desde o início da Pesquisa da Cesta, em 1980”.

A expansão da cultura do dendê é uma das variáveis que explica a diminuição da produção e o aumento no preço da farinha em função da venda da terra do colono da região Bragantina para as empresas do ramo da dendeicultura, bem como pela migração da mão de obra produtora de farinha para áreas produtoras de dendê, como os municípios de Moju, Tailândia, e Acará (NAHUM; SANTOS, 2013).

Considerações finais

A inserção do agricultor familiar na cadeia do biodiesel alterou seu modo de vida, substituindo suas atividades produtivas tradicionalmente desenvolvidas, como o cultivo da mandioca, por atividades ligadas à dendeicultura. Os agricultores abandonam sua unidade produtiva em busca de emprego, renda, e conseqüentemente, melhoria de vida. Perdendo sua identidade camponesa, transformam-se em trabalhadores para o capital.

Esse pode ser considerado um dos motivos do êxodo rural à medida que a terra é utilizada para a reprodução do capital, que se apropria dos espaços agrários que sempre foram usados por comunidades que realizam atividades agrícola tradicionais e mantêm com a terra uma relação de pertencimento.

A participação desses agricultores no mercado do biodiesel em parceria com uma grande empresa provoca grande dependência, já que seus plantios são dependentes da infraestrutura da empresa para participar do mercado. Aparentemente não há fiscalização do cumprimento do contrato por parte da empresa, os agricultores não têm controle do peso dos cachos de dendê que fornecem, recebendo o valor que é informado pela empresa.

Observa-se que a ideia de inclusão social nesse caso, vem sendo limitada à geração de renda para os agricultores familiares. Esse fato está em desacordo com os objetivos do PNPB. A inclusão social deve assegurar a participação cidadã em todas as políticas públicas que englobam a saúde, educação, saneamento, cultura, lazer, transportes, segurança pública, habitação, trabalho e não somente renda.

Empresas que receberam subsídios oriundos do Selo Combustível Social também assumiram responsabilidades. Devem ser socialmente responsáveis e apoiar os agricultores a se organizarem coletivamente para desenvolver culturas diversificadas, fatores de segurança e de autonomia. Por outro lado, a fiscalização por parte do poder público deve ser intensificada no desenvolvimento dessas atividades. Somente assim, poderá ser vislumbrado o alcance das metas propostas pelo PNPB de desenvolvimento regional e inclusão social dos agricultores participantes de projetos relacionados ao cultivo de dendê.

Referências

ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R. **The access of family farmers to biodiesel markets: partnerships between big companies and social movements**, London: Sustainable Markets Group, 2007.

ANDRADE, L. C. G. de. **Programa Nacional de Produção e uso de biodiesel (PNPB)- Possibilidades e limites do desenvolvimento econômico e da inclusão Social para a agricultura familiar na Amazônia: o assentamento Calmaria II, Moju (PA)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, 2010.

BASA - Banco da Amazônia. "A experiência do banco da Amazônia com projetos integrados de dendê familiar". **Revista Contexto Amazônico**, n. 5(22), p. 1-8, 2012.

BECKER, B. K. Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo (Dendê)? Confins, 2010. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6609>>. Acesso em: 25 out. 2014.

BERTHAUD, A. *et al.* Implantação e exploração da cultura do dendezeiro. In: VIÉGAS, I.; MULLER, A. **A cultura do dendezeiro na**

Amazônia brasileira. Belém: EMBRAPA Amazônia Oriental, 2010. p. 193-227,

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Marco referencial**, 2006. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/arquivos/item_2.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2014.

COSTA, F. **A formação agropecuária na Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável.** Belém: NAEA (UFPA), 2000. 355p.

CRUZ, B.; ROCHA, G. Dendê como projeto de Estado: Uma alternativa Econômica, Social e Ecológica para a Amazônia. In: XI ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2007. Bogotá - Colômbia. Geopolítica, globalización y cambio ambiental: retos en el desarrollo latinoamericano. Bogotá - Colômbia: Universidad Nacional de Colômbia, 2007.

DROUVOT, H.; DROUVOT, C. A associação dos agricultores familiares no Programa Nacional de Biodiesel: Uma Comparação entre quatro projetos. **AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, n. 2(2), p. 97-117, 2013.

FINCO, M; DOPPLER, W. The Brazilian biodiesel program and family farmers: What is the social inclusion reality in the brazilian savannah. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, n. 40(4), p. 430-438, 2010.

FRASER, J. Caboclo horticulture and Amazonian Dark Earths along the Middle Madeira River, Brazil, **Human Ecology**, n 38(5), p. 651-662, 2010.

HOMMA, A.; VIEIRA, I. Colóquio sobre Dendezeiro: Prioridades de pesquisa econômicas, sociais e ambientais na Amazônia, **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, n. 8(15), p. 79-90, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de dados SIDRA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/prevsaf/default.asp>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

LEITE, R.; LEAL, M. O Biocombustível no Brasil. **Novos Estudos - CEBRAP**, n 78, p. 15-21, 2007.

NAHUM, J.; BASTOS, C. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia Paraense. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, n. 9(17), p. 469-485, 2014.

NAHUM, J.; MALCHER, A. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA). **Confins**, n. 16, 2012. Disponível em: < <http://confins.revues.org/6609>>. Acesso em: 25 ago 2014.

NAHUM, J.; SANTOS, C. Impactos Socioambientais da dendeicultura em Comunidades Tradicionais na Amazônia Paraense, **ACTA Geográfica**, Geografia Agrária, p. 63-80, 2013. Edição Especial

NASS, L.; PEREIRA, P.; ELLIS, D. Biofuels in Brazil: an overview. **Crop Science**, n. 47(6), p. 2228-2237, 2007.

PORTER, M.; KRAMER, M. Estratégia e sociedade. **Harvard Business Review**. n.12, p. 1-15, 2006.

REPORTER BRASIL. **Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará**. São Paulo: Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis, 2013. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/documentos/Dende2013.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

ROBERT, P. *et al.* A beleza das roças: agrobiodiversidade Mebêngôkre-Kayapó em tempos de globalização. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**. n. 7(2), p. 339-369, 2012.

SILVA, L.; SOUSA, N. A padronização das Políticas de desenvolvimento na Amazônia. **REDES – Revista de Desenvolvimento Regional**, n. 17(3), p. 168-191, 2012.

TAVARES, C. **Estudo de caso dos projetos dendê familiar**. Belém: Banco da Amazônia – Documento interno, 2009.

VIEIRA, I.; BECKER, B. A revisão do Código Florestal e o desenvolvimento do país. **Ciência Hoje**. n. 46(274), p. 64-67, 2010.